



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE PROJETOS AMBIENTAIS
CAMPUS NITERÓI**

Adriana Rangel de Souza Silva

**GRANDES PROJETOS NACIONAIS QUE GERAM CONFLITOS SOCIAIS:
UM ESTUDO DE CASO DO PROJETO DE RECUPERAÇÃO E DRENAGEM DO RIO
IMBOAÇU EM SÃO GONÇALO - RJ.**

**IFRJ - NITERÓI
DEZEMBRO - 2021**

Adriana Rangel de Souza Silva

**GRANDES PROJETOS NACIONAIS QUE GERAM CONFLITOS SOCIAIS:
UM ESTUDO DE CASO DO PROJETO DE RECUPERAÇÃO E DRENAGEM DO RIO
IMBOAÇU EM SÃO GONÇALO - RJ.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de especialista em Gestão de Projetos Ambientais pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro.

Orientadora: Professora Dra Etiane Araldi
Co-orientadora: Professora Msc Ligia Scarpa Bensadon

**IFRJ - NITERÓI
DEZEMBRO - 2021**

S586g Silva, Adriana Rangel de Souza.
Grandes projetos nacionais que geram conflitos sociais : um estudo de caso do Projeto de Recuperação e Drenagem do Rio Imboáçu em São Gonçalo - RJ / Adriana Rangel de Souza Silva. – Niterói, RJ, 2021.
36 f. ; il.

Orientação: Etiane Araldi.

Coorientação: Ligia Scarpa Bensadon

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão de Projetos Ambientais) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, 2021.

1. Impactos socioambientais. 2. Planejamento urbano 3. Comunidade 4. Revitalização de rios 5. Participação social. I. Araldi, Etiane. II. Bensadon, Ligia Scarpa. III. Título

IFRJ/Cnit/Biblioteca

CDU 502.1

Ficha catalográfica elaborada por
Débora Elena Speranza do Nascimento – CRB7 6928

Adriana Rangel de Souza Silva

**GRANDES PROJETOS NACIONAIS QUE GERAM CONFLITOS SOCIAIS:
UM ESTUDO DE CASO DO PROJETO DE RECUPERAÇÃO E DRENAGEM DO RIO
IMBOAÇU EM SÃO GONÇALO - RJ.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de especialista em Gestão de Projetos Ambientais pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro.

Data da aprovação: 16 de dezembro de 2021.

Prof. Dra Etiane Araldi
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – Campus Niterói - RJ

Prof. Msc Ligia Scarpa Bensadon
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – Campus Niterói - RJ

Prof. Msc Marcelo Japiassu
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – Campus Niterói - RJ

Prof. Dra Ana Dalva de Oliveira Santos
Universidade Federal Fluminense - Niterói – RJ

**IFRJ - NITERÓI
DEZEMBRO - 2021**

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, que fez com que meus objetivos fossem alcançados, durante todo o curso da Pós-Graduação, dando suporte e sabedoria, por ter sido meu auxiliador e guia em toda a jornada.

Aos meus familiares, que por vezes, não puderam compartilhar comigo momentos difíceis, como também alegres, por conta de minha ausência, mas que compreenderam e me apoiaram todo o momento. Em especial ao meu esposo, Luiz Ricardo, que foi altamente compreensivo e acolhedor.

Aos meus professores, por ter dividido comigo toda a experiência, acolhimento e generosidade, em especial as minhas orientadoras, Etiane e Lígia, que com toda paciência e generosidade me conduziram para este propósito.

RESUMO

O presente trabalho é um estudo de caso do Projeto de Recuperação e Drenagem do Rio Imboaçú, em São Gonçalo-RJ, visando analisar o impacto causado sobre as comunidades locais de projetos de drenagem e revitalização dos chamados rios urbanos. Para isso, realizamos um recorte espaço-temporal, compreendendo o período de implementação do projeto entre 2013-2014, no contexto do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). No estudo, buscamos compreender a relação entre os diferentes atores sociais envolvidos no projeto, como: gestão pública, técnicos ambientais e população atingida pela intervenção do projeto. Nesse sentido, analisaremos o escopo do projeto de base contrapondo com a sua execução, dentro das comunidades que fazem parte do eixo de intervenção, procurando entender como projetos de grande magnitude podem desfazer toda uma rede de relações, fazendo diminuir ou até mesmo desaparecer a memória perpetuada por uma comunidade na localidade, quando a execução do projeto não acompanha o planejamento, a princípio definido pelo projeto de base, ou quando este não vem acompanhado de uma gestão participativa, envolvendo a comunidade. Para dar maior embasamento ao estudo, descrevemos o perfil da população atingida, tomando com base dados obtidos em 2013, época da execução do projeto. A pesquisa tem caráter qualitativo, com a análise dos dados coletados em campo naquele momento, tendo em vista a paralisação das obras em 2014. Realizamos, ainda, o levantamento e a revisão bibliográfica de trabalhos acadêmicos que versam sobre as questões ambientais (revitalização e conservação de rios urbanos) e sociais (planejamento urbano, uso e ocupação do solo às margens do rio e estudos sobre a reordenação espacial realizada pelo capital), unindo, assim, os campos dos saberes das ciências humanas e ciências naturais. Avaliando todos esses aspectos dentro de uma perspectiva de análise socioambiental, pretendemos promover um debate acerca da autogestão e gestão participativa, onde esta última requer o envolvimento de equipes multidisciplinares, promovendo também abertura para estimular o diálogo com a própria comunidade, que de fato sofrerá com a intervenção de projetos ambientais dessa ordem.

Palavras- chaves: impactos socioambientais, planejamento urbano, comunidade, revitalização de rios, participação social.

ABSTRACT

The present work is a case study of the Imboaçú River Recovery and Drainage Project, in São Gonçalo-RJ, aiming to analyze the impact on local communities of drainage and revitalization projects of the so-called urban rivers. For this, we performed a spatio-temporal cut, comprising the period of implementation of the project between 2013-2014, in the context of the Growth Acceleration Program (PAC). In the study, we seek to understand the relationship between the different social actors involved in the project, such as: public management, environmental technicians and the population affected by the project's intervention. In this sense, we will analyze the scope of the base project contrasting with its execution, within the communities that are part of the intervention axis, trying to understand how projects of great magnitude can undo a whole network of relationships, reducing or even disappearing memory perpetuated by a community in the locality, when the execution of the project does not follow the planning, initially defined by the base project, or when this is not accompanied by a participative management, involving the community. To give further support to the study, we describe the profile of the affected population, based on data obtained in 2013, when the project was implemented. The research has a qualitative character, with the analysis of data collected in the field at that time, with a view to the stoppage of the works in 2014. We also carried out a survey and bibliographic review of academic works that deal with environmental issues (revitalization and conservation of urban rivers) and social (urban planning, use and occupation of land on the banks of the river and studies on the spatial reorganization carried out by capital), thus uniting the fields of knowledge, such as the human and natural sciences. Assessing all these aspects from a socio-environmental analysis perspective, we intend to promote a debate about self-management and participatory management, where the latter requires the involvement of multidisciplinary teams, also promoting openness to stimulate dialogue with the community itself, which will in fact suffer with the intervention of environmental projects of that order.

Keywords: social and environmental impacts, urban planning, community, river revitalization, social participation.

Sumário

1	INTRODUÇÃO	9
2	OBJETIVOS	10
3	METODOLOGIA	11
4	DESENVOLVIMENTO	12
	4.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO E DA BACIA DO RIO IMBOAÇU	13
	4.2 CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO	16
	4.3 ANÁLISE DO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO	17
	4.4 PERFIL DA POPULAÇÃO ATINGIDA E ETAPA DE CADASTRAMENTO	22
	4.5 ANÁLISE CRÍTICA SOBRE O PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO... ..	27
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	34

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por finalidade compreender o impacto sobre as comunidades locais de projetos de drenagem e recuperação dos chamados rios urbanos. Para isso, realizaremos um estudo de caso do Projeto de Recuperação e Drenagem do Rio Imboáçu, em São Gonçalo-RJ, e o consequente impacto social sobre a população que vive à margem desse rio. Trata-se de um projeto vinculado ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que teve início em 2013 e foi interrompido em 2014.

O interesse pelo tema surgiu através de minha vivência com os moradores diretamente atingidos com a implantação do Projeto, onde pudemos acompanhar parte do processo de cadastramento e retirada dos moradores que vivem à beira do rio, já que a priori este local foi caracterizado como “área de risco”.

A minha participação no projeto teve início em 2012, na Equipe socioambiental, vinculada ao Instituto Estadual do Ambiente. Neste período, já estava em andamento o chamado Projeto Iguaçu, que já havia, inclusive realizado uma análise das condições socioambientais da Bacia Hidrográfica dos rios Iguaçu, Botas e Sarapuí, com empresa contratada, responsável pela execução do trabalho socioambiental do projeto em questão.

Neste projeto, em específico, fui designada, por conta de minha formação acadêmica na área de Geografia, ao acompanhamento de cadastros já em andamento e outros já finalizados. Em linhas gerais, realizávamos visitas de acompanhamento às famílias já cadastradas, e que já tinham processo junto ao INEA. Em 2013 fui realocada para o Município de São Gonçalo, para auxiliar no Projeto de revitalização do Rio Imboáçu, onde também participei de reuniões, que tinham por finalidade apresentar o início das obras.

No percurso da execução do projeto foram surgindo indagações a respeito da proposta inicial (escopo do projeto) e à sua execução, ou seja, na prática surgiram questões que não estavam alinhadas com os objetivos. Daí senti a necessidade de compreender os conflitos socioambientais envolvidos nesse projeto de drenagem e recuperação de um rio urbano em um município já marcado por outros conflitos sociais.

Este trabalho tem como objeto o impacto social de projetos de revitalização de rios urbanos, a partir do estudo de caso do Projeto de Drenagem e Recuperação do rio Imboáçu, localizado no município de São Gonçalo-RJ, tendo como ponto de partida, a princípio, compreender as relações e conflitos entre os diferentes atores e práticas sociais que permearam esse projeto.

Dentro desse contexto, pretendemos entender o direcionamento das práticas aplicadas pelo governo estadual nas áreas que oferecem risco à população. E, também, entender de que maneira a população atingida por tal projeto se articula como sujeitos ativos e participativos, se há uma

interação da comunidade com aquele meio, qual o seu olhar sobre o rio e quais as suas reivindicações.

Nesse sentido, o estudo de caso estará orientado pelas seguintes perguntas: Como são orientadas as práticas de gestão pública em áreas que oferecem risco socioambiental? Quais os conflitos e diferenças de perspectivas entre gestores, técnicos e população em projetos de revitalização de rios urbanos? Como os conflitos socioambientais se relacionam com outros conflitos sociais urbanos?

2. OBJETIVOS

Objetivo Geral: Compreender a relação entre os diferentes atores sociais, gestão pública, técnicos ambientais e população em projetos de drenagem e recuperação de rios urbanos, a partir do estudo de caso do Projeto de Recuperação e Drenagem do Rio Imboáçu, em São Gonçalo-RJ.

Objetivos Específicos:

- Analisar as propostas do projeto-base voltadas para a recuperação do rio Imboáçu, como estas foram implantadas na prática (projeto-executivo), conflitando assim, com a proposta inicialmente apresentada pelo governo estadual do Rio de Janeiro, representado pelo órgão ambiental (Instituto Estadual do Ambiente).

- Descrever o perfil da população atingida por este projeto de recuperação do rio, realizando um diagnóstico preliminar da mesma a partir de dados obtidos em 2012.

- Analisar os conflitos e diferenças de perspectivas que emergiram entre as comunidades que vivem à beira do rio Imboáçu e a equipe de execução do projeto.

3. METODOLOGIA

A pesquisa se deu a partir de um recorte temporal do período compreendido entre 2013-2014, tendo como foco a população que reside às margens do rio Imboaçú. O local foi escolhido por ter sido parte da minha experiência com a área socioambiental, levantando questionamentos no percurso dessa vivência com os moradores, surgindo a necessidade de entender de que forma ocorrem as desconstruções desses territórios, que por consequência promovem o surgimento de conflitos.

A pesquisa tem caráter qualitativo, com a análise dos dados coletados em campo no período de implantação do projeto, se configurando em um estudo de caso. Yin (1983) classifica essa metodologia como um esforço de pesquisa que visa contribuir para a compreensão que temos dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos. Segundo o autor,

Seja qual for o campo de interesse, a necessidade diferenciada da pesquisa de estudo de caso surge do desejo de entender fenômenos sociais complexos. Em resumo, um estudo de caso permite que os investigadores foquem em “caso” e retenham uma perspectiva holística e do mundo real (YIN, 2015, p.4).

Nesse sentido, tomaremos como ponto de partida, para dar embasamento ao estudo, uma análise teórica e documental. Na primeira etapa procuramos trabalhar com a perspectiva de autores como Afonso et al (2008) que se debruçaram na análise da importância da Bacia do rio Imboaçú para o município de São Gonçalo, tendo em vista que a cidade passou por um dinamismo e crescimento econômico, tendo o rio como via de acesso e transporte de pessoas e mercadorias. Por conta dessa transformação e uso intenso dos rios, autores como Andrade (2006) nos trazem à memória a importância vital dos rios, outrora navegáveis e que hoje são reconhecidos como valões, por boa parte da população.

Na segunda etapa procuramos trabalhar com a análise do projeto propriamente dito, trazendo um pouco da experiência com os diversos sujeitos que representavam a equipe de trabalho técnico social e de engenharia e como estes previam criar uma comunicação entre os órgãos públicos, gerência de obras e a comunidade atingida. Para tal, nos debruçamos sobre o conceito de participação cidadã ou escalas de participação, discutido pela autora Arnstein (2002), buscando compreender como se deu de fato a representação da comunidade dentro do projeto. Concomitante a situação vivenciada pelas comunidades, surgiu a necessidade de também analisarmos o conceito de injustiça ambiental, bem retratado pelos autores Herculano (2014) e Porto, *et al.* (2013), quando se faz menção as injustiças sociais e raciais praticadas sobre a população pobre e negra, quando de

fato é negado a esta a permanência no seu espaço vivido, como também a aplicação de uma indenização irrisória.

Na terceira etapa, foi possível traçar o perfil das famílias impactadas, a partir de dados obtidos em campo, no período de implantação do projeto (2013-2014), como registros fotográficos e levantamento socioeconômico das famílias, na fase de cadastramento e acompanhamento das mesmas. E, na quarta etapa da pesquisa, coube a análise crítica sobre o Programa de Aceleração do Crescimento, recorremos a autores como Vieira (2017), Bastos (2012) e Acserald (2010) para entender o papel do Estado como regulador, gestor e provedor de projetos, com vias ao chamado desenvolvimentismo, unindo aí o capital público-privado para viabilizar projetos como estes, que geram impactos, por vezes indesejáveis, por ameaçarem a continuidade das formas sociais.

Com base nesses estudos, pretendemos realizar uma análise do processo de implantação do projeto do rio Imboáçu, a partir de dados primários e secundários sobre a área de intervenção, a população atingida e seu entorno geográfico.

4. DESENVOLVIMENTO

Quando nos referimos às obras de drenagem e recuperação de rios urbanos, tocamos em muitas questões que concernem não somente ao meio ambiente, mas à área urbanística de uma cidade, à questão social, cultural, econômica, entre outros fatores. Desta maneira, pensamos nessa pesquisa como uma análise a respeito do projeto de drenagem e recuperação do rio Imboáçu, localizado no município de São Gonçalo-RJ, que ocorreu entre o período de 2013-2014, por conta de sua abrangência sobre os temas anteriormente citados.

Historicamente os eventos de criação e desenvolvimento dos municípios, como o de São Gonçalo, apresentam ações distantes dos princípios da conservação de um rio. Algumas modalidades de obras, como as canalizações, foram realizadas para suprimir os rios da paisagem urbana, ou simplesmente transferir os seus problemas, tais como enchentes e poluições para outros cursos, desviando assim o curso original dos rios.

O município de São Gonçalo faz parte da região metropolitana do estado do Rio de Janeiro, que sofreu ao longo de décadas e ainda sofre com um processo desordenado de crescimento e urbanização. Sem planejamento urbano, os rios e córregos do município, por sua vez, sofrem com a questão da obstrução de suas margens, por conta do loteamento ali existente. Um outro grave problema está associado à ocupação dessas margens, onde a população carece de um programa de acompanhamento e até mesmo esclarecimento acerca do zoneamento urbano. Os tipos de construções em terrenos impróprios ainda comprometem a saúde, a segurança e a mobilidade dessa

população, que, via de regra, já são penalizadas por conta do descaso, da falta de segurança pública e de autoridades governamentais com ações norteadoras, o que deixa mais latente os problemas de caráter social, já que tende a penalizar os estratos sociais que representam os que possuem menor poder aquisitivo. Nesse sentido, a questão da precariedade habitacional está relacionada diretamente às deficiências do estoque de moradias, além de englobar aquelas sem condições de serem habitadas, por conta dos desgastes físicos e/ou material aplicado em suas construções. Podemos incluir aqui os moradores de baixa renda com dificuldades de pagar aluguel nas áreas urbanas, dos que vivem em casas e domicílios improvisados, ou seja, a população pobre e negra.

Do outro lado, se encontra a esfera municipal, que por décadas não conseguiu amenizar esses impactos de caráter socioambiental e também urbanístico. Dentro desse contexto surgem as obras ligadas ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que tem como um dos macro-objetivos a melhora do ambiente de investimentos, visando revitalizar áreas consideradas degradadas, tornando-as atrativas para o capital.

Assim, esse programa ganha as esferas municipais, se tornando uma solução para as demandas urbanísticas, já que compete agora a esse programa dar conta de uma espécie de reurbanização, outrora nunca realizado. Porém a implantação de obras com esse porte (macro) podem gerar ainda mais impactos, quando não alinhadas às propostas municipais, dos comitês e/ou representantes das camadas sociais que serão atingidas por tais ações, podendo assim levantar uma outra questão, ou seja, ações movidas de forma verticalizada (esfera governamental – municipal – população), se transformando em assistências ou desassistência social. Como relata Pereira (2004), “ações desarticuladas tendem a enclausurar os pobres na pobreza, estigmatizando-os com seus mecanismos controladores e rebaixando o seu status de cidadania” (PEREIRA, 2004, p. 56).

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO E DA BACIA DO RIO IMBOAÇU

O município de São Gonçalo possui 248.160 Km² de extensão e faz divisa com os municípios de Itaboraí, Niterói e Maricá. Sua população estimada é de 1.091.737 habitantes (IBGE, 2020). A topografia da região é baixa e o ponto mais alto do município possui 534 m. Nele, existem duas Áreas de Preservação Ambientais (APA), sendo uma municipal, do Engenho Pequeno e outra, que faz parte da APA Federal de Guapimirim.

O município hoje é dividido por cinco distritos: São Gonçalo (sede), Ipiíba, Monjolos, Neves e Sete Pontes, formado por 92 bairros oficiais, além de alguns sub bairros reconhecidos pela população. A bacia hidrográfica do rio Imboaçú está localizada na parte oeste do Município de São

Gonçalo, tendo como limítrofes as bacias hidrográficas de Guaxindiba, Pedrinhas, Brandoas e o canal do Porto do Rosa.

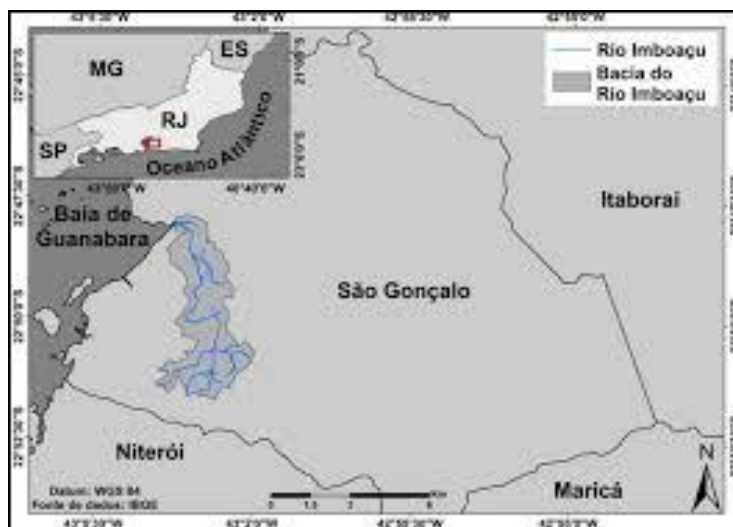


Figura 1 - Localização da bacia hidrográfica do rio Imboáçu dentro do município de São Gonçalo. Fonte: Google Maps (modificado).

A bacia do rio Imboáçu, localizado no município de São Gonçalo (RJ), é uma das representantes das condições de degradação do conjunto de bacias hidrográficas que banham a região metropolitana do estado do Rio de Janeiro.

Dentro desse contexto, segundo Afonso et al (2008) o rio Imboáçu possui relevante papel histórico-econômico para o município, pois em suas margens deu-se o início do desenvolvimento da cidade, que se expandia economicamente, durante o século XIX, utilizando suas águas para o escoamento dos seus produtos, sobretudo de gênero agrícola. O rio Imboáçu, ainda com suas águas cristalinas, servia de recreação e para pesca, mas por conta do acelerado crescimento, suas margens passam a ser densamente ocupadas, dando lugar às edificações de grande, médio e pequeno porte e consequentemente dá-se o início da poluição e degradação do seu leito (AFONSO *et al*, 2008, p. 2)

Essa degradação é bem visível nos dias atuais, onde o rio, assim como muitos rios denominados de “rios urbanos”, são comumente classificados como “valões”. Além disso, a vegetação ciliar foi removida para dar lugar às edificações, tornando a cidade como um elemento que impede a execução de todas as etapas do ciclo hidrológico. Assim, o aumento populacional suscitou a construção de domicílios em áreas de risco (encostas, manguezais, margens de rios), e não foi acompanhado de investimentos em infraestrutura (habitação, coleta regular de lixo, drenagem pluvial, abastecimento de água, esgotamento sanitário etc.), além da ausência de planejamento e fiscalização do uso do solo urbano, tornando crônico o problema a ser gerenciado nas cidades. Assim, segundo Andrade (2006), os rios que eram utilizados para navegação, pesca e lazer são hoje percebidos pela população como valões de esgoto.

Assim, os rios foram sendo descaracterizados de sua função ecológica a partir do momento que seguem “cortando” as cidades, as modificações nos canais em áreas urbanas provocam mudanças significativas, e por vezes, irreversível, nos processos fluviais, isso se deve pelo uso desordenado do solo e o aumento da erosão, pois em alguns trechos do mesmo rio, ou seja, no seu curso, é possível perceber que há o aumento de sedimentos, que auxiliam no assoreamento do mesmo e podem gerar inundações, em época de fortes chuvas. Com o crescimento urbano e populacional, em especial nas décadas de 1960 e 1980 foram realizadas obras de engenharia no rio Imboáçu (canalização, retificação, entre outras), para facilitar as edificações e infraestruturas urbanas. Esses fatores, associados à localização deste município em área de baixa declividade, constantemente inundável, potencializa os desastres em épocas de chuvas fortes, como as ocorridas em abril de 2010, onde mais de 10.000 famílias foram atingidas pelas chuvas segundo a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social do Município de São Gonçalo, sendo que mais de 2.000 pessoas ficaram desabrigadas (JORNAL O SÃO GONÇALO, 2010).

O rio Imboáçu possui sua nascente, assim como sua foz, no município de São Gonçalo, sua extensão é de aproximadamente 9,8 Km². O mesmo cruza trinta e seis bairros, drenando os bairros do Lindo Parque, Brasilândia, Rosane, Vila Iara, Boaçu, desaguando na Baía de Guanabara, próximo a Boa Vista. São bairros centrais da cidade de São Gonçalo, onde se estabeleceu uma população de renda mais baixa a partir de 1960 a 1980, em aglomerados urbanos, nos loteamentos ilegais e conjuntos habitacionais populares.



Figura 2 - Mapa da bacia hidrográfica do rio Imboáçu, destacando os bairros que compõem a bacia.

Fonte: Google Maps (modificado)

A questão da poluição das águas é um problema que está presente na maioria das cidades brasileiras, provocado pelo lançamento de detritos, esgoto e lixo de modo geral lançados nos chamados rios urbanos que, além de provocar mau cheiro, facilitam a transmissão de doenças, provocando inclusive, alagamento durante os períodos de chuva, por conta também da ocupação desenfreada das margens dos rios e projetos de retificação dos mesmos. Segundo Jonov, Nascimento e Silva (2013) esses eventos podem ocorrer devido ao comportamento natural dos rios ou são ampliados pelo efeito de alteração produzida pelo homem no processo de urbanização,

A alteração se dá pela impermeabilização das superfícies e canalização dos rios. Os problemas resultantes da inundação dependem do grau de ocupação da área de várzea pela população, da impermeabilização e canalização da rede de drenagem, bem como da vulnerabilidade e resiliência das edificações (JONOV, NASCIMENTO e SILVA, 2013, p. 76).

tudo isso associado a ineficácia do sistema público de saneamento básico do país e da falta de planejamento urbano. Desta forma todo resíduo líquido e sólido tem como destino final os próprios rios que tornam-se poluídos e impróprios para banho, lazer, abastecimento de água e até fonte de alimento.

Assim, em virtude do processo de urbanização, contenção das cheias ou ainda em virtude da poluição dos rios, seus cursos são inadequadamente canalizados ou tamponados/sepultados, sem haver uma política séria de saneamento ambiental na grande maioria dos municípios brasileiros.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO

O Projeto tinha em seu escopo, como uma de suas prerrogativas, viabilizar a comunicação entre órgãos públicos, gerências de obras e a comunidade impactada. Para tal, era necessário criar um espaço onde todos os sujeitos pudessem estreitar essas relações, daí surgiu o Plantão Social. O objetivo central era mobilizar as comunidades para que as ações de cunho ambiental fossem implementadas - como a desobstrução da calha do rio, substituição de pontes, revitalização das margens e melhoria no paisagismo - e pudessem ter continuidade, haja vista a mobilização prévia dessas comunidades, que assumiriam um compromisso nesse sentido.

Logo, o trabalho técnico social seria responsável por colaborar com o trabalho de intervenção de obra (engenharia), buscando essa interação com as comunidades e lideranças locais. Assim, as atividades estavam organizadas através de eixos, como: a mobilização e comunicação, a

participação comunitária, educação ambiental, remoção e assentamento projetado para a população de baixa renda, todos esses com vias a dar suporte às ações do trabalho técnico social.

No documento do projeto, suas principais etapas estavam dispostas da seguinte forma: mobilização, levantamento socioeconômico, levantamento físico dos imóveis, registro dos cadastros, negociação, encaminhamento dos processos e a realocação dos moradores.

Na etapa de mobilização, caberia a visita da equipe socioambiental e técnica às comunidades, para reconhecimento da área, como também convidar a população para uma reunião acerca da implantação do projeto. O levantamento socioeconômico partiu de um diagnóstico realizado pela empresa contratante, o levantamento físico dos imóveis (estrutura da alvenaria e acomodações) e o registro dos cadastros, coletando informações das famílias para posterior confecção do cadastro social e físico. A etapa de negociação era bastante tensa, por conta da expectativa das famílias, já que o valor aplicado como indenização ficava bem aquém do desejado, o que corroborava para um tipo de injustiça social. À medida que os processos administrativos já encaminhados retornaram para efetuar a indenização, o processo de realocação foi iniciado, com a chamada descaracterização do imóvel (desmonte do imóvel), mas essa etapa era descontínua, não acontecia ao mesmo tempo para todos os moradores, assim existiam imóveis desocupados e descaracterizados ao lado de imóveis ainda ocupados, fato este que desacelerava o andamento da obra, além de comprometer ainda mais a segurança nas comunidades.

4.3 ANÁLISE DO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO

Para colocar em prática a execução do projeto de revitalização do rio Imboáçu foi necessária a apresentação do projeto de base, que foi feita através das audiências públicas, com a participação das famílias, que seriam atingidas direta e indiretamente. Essas reuniões tinham como objetivo a apresentação das áreas de intervenção para os moradores e lideranças.

Durante a apresentação, algumas questões foram pautadas com o intuito de demonstrar aos moradores a implementação do projeto socioambiental e as obras do rio Imboáçu e sua importância para a melhoria na qualidade de vida da população mais vulnerável, visando à prevenção de enchentes e preservação da vida. Já sobre a obra mais especificamente, a intenção foi de sinalizar para os moradores a necessidade da mesma, no tocante à prevenção de enchentes e desobstrução do rio, explicando que há uma ação combinada de eventos naturais com a ação humana, que acarreta neste problema das enchentes, tentando desta forma, sensibilizá-los desta grave situação.

Portanto, essa reunião de apresentação do Projeto Imboáçu teve como objetivo sensibilizar e mobilizar as famílias que seriam impactadas, buscando soluções para os problemas de ordem socioambiental desta área e sobre a importância da participação dos moradores no projeto, ou seja, a

proposta a princípio era a promoção de espaços de diálogo com a comunidade. Com isso, além da apresentação, foi elaborado e distribuído material informativo, explicitando as intervenções do projeto na região.

A sistematização de um plantão social tinha como uma das prerrogativas subsidiar a população com informações atualizadas acerca dos procedimentos adotados para a realocação dos moradores. Em relação à avaliação e o monitoramento do processo, foram adotados instrumentos de avaliação das atividades, como reuniões de esclarecimento e informação, além dos atendimentos cotidianos realizados no plantão social. Para fins de divulgação das ações do programa, assim como facilitar a sua implementação e adesão, foi necessária a elaboração de um plano de comunicação social. Porém, segundo Almeida e Montano (2017), a publicidade e a realização de audiências públicas podem não garantir as condições necessárias para que a sociedade exerça influência sobre a tomada de decisão.

A participação da população acontecia de forma simbólica, onde os moradores e associação de moradores eram devidamente convidados a assinarem uma lista de presença, colocando o seu contato e o bairro de origem. No decorrer destas reuniões, à medida que as dúvidas surgiam, os agentes responsáveis pela execução da obra iam informando-os acerca do projeto. Ora, esse tipo de participação cidadã não contempla a plena participação da população, desde o planejamento destas intervenções, já que o planejamento já foi pré estabelecido e esse “espaço de diálogo” foi realizado somente para apresentá-lo à comunidade atingida. Segundo Arnstein (2002), “a participação sem redistribuição de poder permite àqueles que têm poder de decisão argumentar que todos os lados foram ouvidos, mas beneficiar apenas a alguns. A participação vazia mantém o status quo” (p. 2).

Essa autora elenca os níveis de participação, que ela vai chamar escada da participação. São 8 (oito) degraus, que vão desde o nível onde não há nenhuma participação do cidadão nas políticas públicas, até o nível de total participação. Dessa forma, ela elenca:

Os primeiros degraus da escada são (1) Manipulação e (2) Terapia. Esses dois degraus descrevem níveis de “não-participação”, onde seu objetivo real não é permitir a população a participar nos processos de planejamento ou conduzir programas, mas permitir que os tomadores de decisão possam “educar” ou “curar” os participantes. Os degraus 3 e 4 avançam a níveis de concessão limitada de poder que permitem aos sem-nada ouvir e serem ouvidos: (3) Informação e (4) Consulta. O degrau (5) Pacificação consiste simplesmente de um nível superior desta concessão limitada de poder, pois permite aos sem-nada aconselhar os poderosos, mas retém na mão destes o direito de tomar a decisão final. O degrau (6) Parceria que lhes permita negociar de igual para igual com aqueles que tradicionalmente detêm o poder. Nos degraus superiores, (7) Delegação de poder e (8) Controle cidadão, o cidadão sem-nada detém a maioria nos

fóruns de tomada de decisão, ou mesmo o completo poder gerencial (ARNSTEIN, 2002, p. 03).

Seguindo essa linha de raciocínio sobre a participação cidadã, no que tange ao descrito anteriormente acerca das audiências colocadas como promoção da participação cidadã, a autora apresenta os degraus 3 e 4, que avançam a níveis de concessão limitada de poder que permitem aos sem-nada, representados aqui pela comunidade atingida pelo projeto, de ouvir e ser ouvida: (3) Informação e (4) Consulta. Assim, para a autora, quando estes níveis são definidos pelos poderosos como o grau máximo de participação possível, existe a possibilidade dos cidadãos realmente ouvirem e serem ouvidos. Mas, nesses níveis, eles não têm o poder para assegurar que suas opiniões serão aceitas por aqueles que detêm o poder.

A medida adotada com a apresentação do projeto em formato de audiência pública, mobilizando os moradores da área atingida para participarem, vai ao encontro do que Arnstein (2002) demonstra. Neste nível de mero espectador, os cidadãos conseguem de fato é que eles “participem da participação”, ou seja, quando preenchem aqueles bancos, tomando conhecimento que há um projeto que será implantado, já pronto e definido, onde podem somente expressar sua admiração/indignação a respeito, contestando, por exemplo, “*o que acontecerá conosco a partir daí*” ou “*para onde vamos, quando o projeto começar*” indicando aqui a mera escuta de suas falas, por parte da equipe técnica e a ideia de que cumpriram com o seu papel.

Outro aspecto a ser considerado dentro do contexto social do escopo do projeto vai de encontro aos pressupostos básicos das etapas de cadastramento e negociação, que seriam alinhados da seguinte forma: respeito ao conhecimento e às características das comunidades sobre a realidade local; a preservação ambiental; a inclusão social e a valorização do potencial produtivo da comunidade beneficiária. Porém, na prática, a inclusão social e valorização do potencial produtivo não foram contemplados, haja vista que o cadastramento viabilizava a saída (realocação) dos moradores para outra parte da cidade, ou para a Unidade Habitacional (UH), onde essa inclusão e continuidade de suas atividades produtivas estariam potencialmente limitadas, levando-se em consideração que, entre esses moradores, haviam os que viviam de suas criações e plantio. Logo essas interferências, na prática, principalmente em áreas intituladas como degradadas ou consideradas de risco, por vezes, podem gerar um impacto considerável, até mesmo deletério na vida dessas pessoas.

Para a execução das obras, buscou-se o primeiro contato com os moradores, que se deu através de toda a equipe social, de engenharia e a equipe de cadastramento, contribuindo desta forma com a primeira etapa do trabalho social. Sobre a interferência em determinado espaço/lugar, por conta de obras desse porte, Sanchez destaca que:

Ações humanas repercutem sobre as pessoas, quer no plano econômico, quer no social, quer no cultural. O reassentamento de uma população deslocada por um empreendimento pode desfazer toda uma rede de relações comunitárias, causar o desaparecimento de pontos de encontros ou de referências de memória (SANCHEZ, 2015, p. 23).

Pode-se pensar, ainda, nesse tipo de ação como um processo de exclusão de determinados grupos. Conforme Porto, Pacheco e Leroy (2013) mencionam, a soma dos empreendimentos de infraestrutura mostra a forma como, nos últimos anos, o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) se estende pelo território brasileiro em áreas consideradas desprezadas pelo capital, impactando os grupos populacionais, de forma desproporcional, reordenando um espaço que outrora não despertava o interesse do capital. Desta forma, esses projetos, segundo os autores, constroem seus próprios “mapas” como instrumentos de reestruturação da “modernidade” econômica, frequentemente incorporados pelo Estado para apregoar e operacionalizar políticas públicas (PORTO, PACHECO e LEROY, 2013).

Podemos também aqui citar a passagem de Herculano (2014), no qual retrata que “a injustiça ambiental diz respeito ao mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda” (p. 01). Assim, é comum associar a falta de consciência ambiental, o mau uso do solo e das margens dos rios, afetando os corpos hídricos, somente a classe social em condições mais vulneráveis. Análise esta que se torna contraditória, à medida que, observamos áreas que deveriam estar desocupadas, por se tratar de uma área protegida e que no entanto nos deparamos com a presença de grandes casarões e até mesmo condomínios, face à especulação imobiliária.

Diante disso, a permanência no seu lugar de vivência se torna cada vez mais difícil, por conta das transformações que ocorrem nesse lugar/espaço, realizadas pelo advento do capital. O que faz a população de menor poder aquisitivo se ver “rendida” diante de uma força vertical e arbitrária contrária aos seus anseios de pertencimento aquele determinado lugar. Lefebvre (2001) estabelece esse manifesto juntamente com o estudo da lógica das transformações urbanas advindas do sistema capitalista que atinge não só os modos de produção, mas a sociedade como um todo, desde a hierarquia social imposta até o modo de vida e as relações sociais. Para o autor, com base nesse sistema estrutural em que o capital e a burocracia estatal são necessários para seu pleno funcionamento, a cidade e o cotidiano se tornam mercadorias e os cidadãos alienados.

Assim fica mais fácil entender o comportamento de muitas famílias atingidas pela intervenção do projeto, quando não se vêem como “capazes” de reagir a tais transformações, já que todas as atividades, desde a apresentação do projeto de base, nas audiências públicas, como também o

plantão social cooperam para manter uma linha hierárquica de poder, deixando a comunidade à margem de todo o planejamento.

Desta forma, as comunidades que residem nas margens do rio Imboaçú têm suas vidas ameaçadas nos territórios em que vivem e trabalham, que lutam pelo direito de neles permanecerem e para terem acesso justo aos recursos deles provenientes. A injustiça também se faz presente quando entendemos que essas pessoas ainda passam pela falta de segurança, por vezes são ameaçadas pela existência de grupos ligados ao tráfico de drogas, sofrem pela questão da falta de saneamento, que irá se traduzir no risco à saúde (contaminação pela águas poluídas, enchentes). Paralelo a isso, já no que concerne ao projeto em si, a injustiça é expressa pelo valor adotado pelo Decreto atribuído às suas moradias, entendendo que esse valor ficava bem abaixo do que seria praticado pelo mercado, sem contar na forte pressão exercida sobre eles para desocuparem os imóveis, após a concretização da indenização. Segundo Porto, Pacheco e Leroy (2013), podemos perceber que:

Aparecem nas cidades vários conflitos típicos de situações de injustiça e de racismo ambiental nos territórios urbanos, como aqueles nas chamadas ‘zonas de sacrifício’, onde vivem populações pobres e discriminadas em áreas sem saneamento básico e próximas a fábricas poluentes, aterros, ou próximas às encostas ou sob risco de enchentes (PORTO, PACHECO E LEROY, 2013, p. 52).

Pensar na contramão desta lógica de usufruto do solo (espaço/lugar), de uma forma mais controladora e mercadológica, é trazer a discussão de Harvey (2013) para o contexto de direito à cidade. O autor afirma que o direito à cidade é:

(...) muito mais que a liberdade individual de ter acesso aos recursos urbanos: é um direito de mudar a nós mesmos, mudando a cidade. Além disso, é um direito coletivo e não individual, já que essa transformação depende do exercício de um poder coletivo para remodelar os processos de urbanização. A liberdade de fazer e refazer as nossas cidades, e a nós mesmos é, a meu ver, um dos nossos direitos humanos mais preciosos e ao mesmo tempo mais negligenciados (HARVEY, 2013).

Logo, sob a perspectiva de Harvey, entendemos que esse conflito traz à tona a disputa por esse território, que outrora não era interessante para o capitalismo, mas que todo o espaço passa a ser disputado, dentro de uma visão mercadológica, ou de otimização do mesmo, deixando de lado a questão social, e até mesmo ambiental, que a lógica capitalista não consegue e não tem interesse de dar conta.

4.4 PERFIL DA POPULAÇÃO ATINGIDA E ETAPA DE CADASTRAMENTO

No que tange ao projeto de revitalização do rio Imboáçu, a área de abrangência do projeto impactaria 800 famílias, que seriam acompanhadas pela equipe socioambiental, desde o seu cadastramento até a fase de realocação. Em relação às condições dominiais pudemos observar que os loteamentos eram irregulares, com a predominância de famílias de baixa renda. A situação de vulnerabilidade era intensificada pela degradação ambiental existente na área, devido ao acúmulo de lixo, pois essas comunidades ainda se deparam com a ausência do poder público, no que tange a questão da segurança, pois quando esta não atua acaba deixando brechas para grupos ligados ao comércio de substâncias ilícitas atuarem, determinando inclusive como funcionará os serviços dentro da comunidade.

No decorrer do projeto foi possível delinear um perfil das famílias atingidas pela intervenção da obra, com base nas informações coletadas no período do cadastramento (2013), aos quais podemos estruturar da seguinte forma:

Boaçu: as habitações geralmente possuíam um bom estado de conservação, classificadas como casas populares, os aparelhos públicos de saneamento são precários, com lançamento de esgoto direto no rio, sem o devido tratamento, e a renda das famílias variavam em torno de 2 salários mínimos.

Brasilândia: os moradores que foram atingidos pelo projeto teriam parte da estrutura do seu imóvel afetado, como: muros, muretas, canil, piscinas, ou seja, seria uma intervenção parcial. Nesse trecho do rio, a população apresentava uma renda um pouco mais elevada, entre 2 a 3 salários mínimos, porém o lançamento de esgoto doméstico não possui tratamento, sendo lançado diretamente no rio.

Lindo Parque: as habitações geralmente possuíam um estado muito ruim de conservação, muitas inclusive, segundo relatos de moradores e registro fotográfico, foram abandonadas por conta da enchente que atingiu o município em 2010, destruindo seus lares. Desta forma foi necessário o deslocamento de alguns para casa de parentes e amigos. Essas famílias eram a favor da obra e da realocação, queriam a indenização e/ou a unidade habitacional. A renda dessas famílias ficava em torno de 1 salário mínimo ou menos.

Vila Iara: nas habitações que apresentam um bom estado de conservação, as famílias geralmente possuíam uma renda que variava em torno de 3 salários mínimos, porém os aparelhos públicos de saneamento são ineficientes, assim como nos citados acima, com o lançamento de esgoto doméstico no rio. Já as casas que apresentam estado regular de conservação, as famílias possuíam uma renda que variava em torno de 2 salários mínimos e as casas que possuem um estado

ruim de conservação, as famílias possuíam uma renda que variava em torno de 1 salário mínimo, neste trecho as famílias descartam seu esgoto doméstico, sem tratamento no rio¹.

Através de dados coletados durante a fase de cadastramento, também foi possível verificar que cada membro familiar tinha suas ocupações, que variavam entorno de empregos com registro e sem registro em carteira. Dentre aqueles com registro, podemos citar algumas ocupações, tais como: policial militar, mecânico, vigilante, merendeira, fiscal, frentista, doméstica, professor, ferroviário, taxista, repositor de loja, vendedor, auxiliar administrativo, esmerilhador, auxiliar de creche, porteiro, operário e cozinheiro.



Figura 3 – Construções à margem do rio Imboçu, famílias na área de intervenção.



Figura 4 – Construções à margem do rio Imboçu, famílias na área de intervenção.

¹ Calculamos uma média da renda familiar, tendo como base a renda dos familiares de cada bairro atingido pela intervenção do projeto.



Figura 5 – Construções à margem do rio Imboáçu, famílias na área de intervenção.

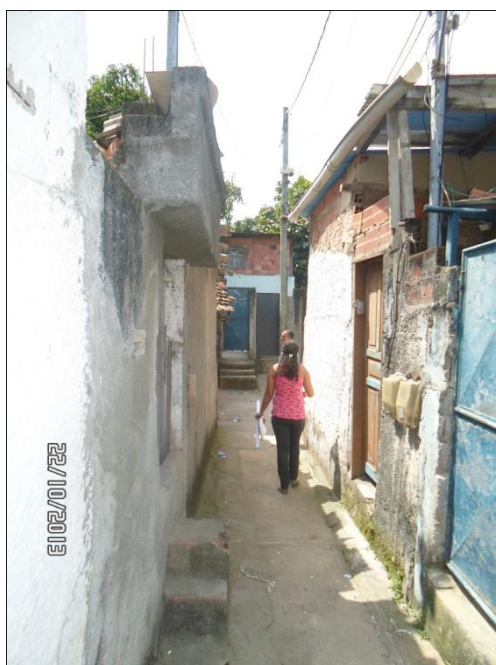


Figura 6 – Visita técnica aos imóveis de famílias na área de intervenção.

Dentro dessa perspectiva, para a execução da obra e realização do cadastramento das famílias que seriam atingidas pela intervenção no rio, o projeto seguia com as seguintes diretrizes: apresentação do anteprojeto, projeto-base e projeto-executivo, neste último alguns pontos foram abordados, como: o que é realocação (etapas, processo de cadastramento tanto físico, quanto social); as modalidades oferecidas pela equipe socioambiental e negociador no processo de negociação com as famílias.

Na fase de cadastramento físico cabia ao agente da equipe realizar o levantamento físico dos imóveis, com o desenho da planta baixa, registro fotográfico e confecção de um memorial

descritivo, nesta etapa, o agente técnico media os cômodos do imóvel, descrevia a estrutura da alvenaria de cada um e realizava o registro fotográfico. A próxima etapa consistia em anexar essa composição física do cadastro ao levantamento socioeconômico.

A avaliação do imóvel/benfeitoria era baseada no Decreto Estadual 43.415/12, onde:

Ficam aprovadas as diretrizes para a demolição de edificações e realocação de moradores em assentamentos ou bairros populares, pela Secretaria de estado e Habitação, Secretaria de Estado de Obras e Secretaria de Estado do Ambiente por si, ou através de suas vinculadas que tiverem necessidade de utilização do mesmo para implementação de projetos (Artigo 1º Decreto Estadual Nº 43.415, DE 09-01-2012).

Esse decreto estabelece as normas de indenização feitas pelo estado, baseado em lei específica, onde o avaliador tem como diretriz o cadastro físico, dando suporte ao mesmo para chegar a um valor indenizatório que não tem relação com o praticado pelo mercado, ficando bem abaixo do valor inclusive, o que denota mais uma vez a questão da injustiça ambiental e social, resgatando o que foi citado anteriormente, ficando claro que a população já vulnerável em várias aspectos, sofre mais um desrespeito quando suas moradias são indenizadas, deixando latente a posição do Estado, que age com uma medida compensatória e não satisfatória para essa população, mas que por outro lado, satisfaz organismos e instituições financeiras, por conta dessa atitude.

Sobre o andamento da obra, um veículo de comunicação relatou a experiência vivida pelos moradores, assim, de acordo com a reportagem do Jornal Extra (2014), o Inea informou que a obra foi paralisada para modificações no projeto. A notícia segue com relatos de moradores que informaram ao veículo de comunicação que a motivação dessas alterações, disseram moradores, sempre estiveram lá, desde o estágio de preparo e as medições do terreno para as intervenções, que iriam gerar 800 desapropriações de casas e lojas. “M” lidera um grupo de resistência no Boaçu e promete uma guerra judicial, (Jornal Extra – publicado em 07/05/2014):

“Minha família mora aqui há 60 anos. A vida do meu pai foi aqui e a minha segue esse caminho. Tenho uma boa casa e um comércio a cinco minutos do Centro. Querem desapropriar, mas não querem pagar o preço justo. Não saio. No meu caso, a indenização é de apenas 30% do valor das benfeitorias - afirma o comerciante.”

“No canteiro, fomos dispensados com a justificativa de que o dinheiro havia acabado - revelou um operário, que mora perto do rio e pediu anonimato.”

“A criminalidade disparou. As três pontes para pedestres foram retiradas. Andamos mais e ficamos encurralados. Já que a obra parou, pelo menos deveriam recolocar as pontes, reclama “L” (PAC do Imboáçu gasta 41% do dinheiro, mas obra só avança 0,8% - Publicado em 07/05/14 09h47min – Jornal Extra).

Já o cadastro social, também realizado pelos agentes da equipe social era estruturado da seguinte forma: entrevistas com o titular da benfeitoria, colhendo os dados da composição familiar, especificando renda, escolaridade, gastos mensais, tudo isso seria posteriormente registrado em um formulário padrão fornecido pela contratante. Desta forma a família era cadastrada, seu imóvel recebia uma identificação (numeração), que posteriormente seria anexada junto ao processo administrativo, que seria aberto em seu nome (beneficiário).

Assim, dando prosseguimento ao cadastro, o representante legal da benfeitoria era convidado a comparecer no plantão social (fixado próximo ao canteiro de obras) com os documentos, tanto da composição familiar, quanto da benfeitoria [escritura (se fosse o caso), promessa de compra e venda, comprovante de residência], para que a cópia dos mesmos fossem anexados ao cadastro.

Na fase de negociação, com o titular da moradia afetada pela intervenção do projeto de revitalização do rio Imboáçu foram apresentadas as três modalidades pelo agente negociador a saber: apresentava-se a indenização, o apartamento do Programa Minha casa Minha Vida – PMCMV, bem como os tipos de titularidade no âmbito das Unidades Habitacionais e a compra assistida. A indenização seguia o valor avaliado da benfeitoria (levando-se em conta as condições de manutenção da mesma); no caso do apartamento, as famílias que optassem por essa modalidade precisavam aguardar sua fase de conclusão, para isso, ficariam recebendo um aluguel social; já a compra assistida era acompanhada pelo negociador até a fase final, onde o beneficiado escolheria o imóvel pretendido, após a negociação, com o titular da benfeitoria tendo aceito uma das propostas anteriormente citadas, o termo de negociação era assinado, o cadastro era encaminhado e seguia para a abertura de processo administrativo.

A partir desta fase, o processo administrativo entra em um estágio mais lento, por conta da tramitação em vários setores, até a liberação de verba e retorno para o morador, o que se torna angustiante, por conta da burocracia e os critérios de análise e aceite de toda a documentação. Mas para as famílias isso não fazia sentido, já que seguiram todas as etapas ora apresentadas, o que acabava gerando um sentimento de angústia, fadiga e desconfiança.

4.5 ANÁLISE CRÍTICA SOBRE O PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC)

Ao longo das décadas foram investidos pelos governos federal, estadual e municipal muitos recursos, através de programas com obras de controle de inundações, dragagem dos rios drenadores, obras de macrodrenagem e recuperação ambiental às margens dos rios e lagoas, como também o reassentamento de famílias no estado do Rio de Janeiro. Este tipo de intervenção por parte dos programas de governo não é um processo recente. Segundo Amador (2000), “a concepção sanitária de intervenção na natureza, que vem impondo seus valores, desde o século XVIII, (...) está profundamente arraigada no aparelho do Estado” (p. 93).

É comum em municípios como o de São Gonçalo encontrar a ineficiência ou até mesmo ausência de aparelhos públicos ligados à questão do saneamento. Isso se dá pela expansão rápida de alguns bairros que compõem o município, assim a falta de tratamento dos esgotos sanitários se torna a principal fonte de poluição dos corpos hídricos da região, com destaque para a Bacia do rio Imboaçú, que por sua vez, contribui com altos índices de poluição da Baía de Guanabara.

As redes coletoras são insuficientes, com predominância do sistema unitário e, em áreas mais carentes da Bacia, os esgotos correm a céu aberto. Grande parte dos efluentes sanitários acabam chegando in natura à Baía, receptora natural de diversos rios, canais e galerias.

Além dos impactos sobre a saúde, o lançamento de esgotos urbanos sem tratamento provoca também perdas expressivas nas atividades econômicas, por exemplo, ligadas à pesca, sendo fator importante para a predominância de parte da população residente no bairro Boa Vista (município de São Gonçalo). Assim, de acordo com Moraes (1993), o conceito de saneamento também está associado a ações que buscam a melhoria da salubridade ambiental.

Paralelo a isso, segundo Simoni (2009) outras mudanças no espaço natural dentro das cidades seriam percebidas no século XIX. As áreas revitalizadas se consolidam em uma espécie de equipamento público, onde a população sairia beneficiada deste processo, por conta das novas formas de sociabilidade, tendo também os preceitos higienistas. Assim, a natureza (com a revitalização do rio) retoma o seu papel ecológico e garante a saúde humana, em todos os aspectos e o governo, por sua vez, é caracterizado como uma entidade preocupada com as condições sociais. (SIMONI, 2009, p. 8).

Dentro desse contexto, a revitalização do rio Imboaçú possui a legalidade e respaldo necessários, como via de contribuição eficaz do Estado, já que vem “beneficiar” a todos e tornar aquele

ambiente passível de ser aproveitado de forma mais plena, conduzindo assim para um ambiente mais saudável, equilibrado e seguro.

Como podemos perceber no informativo publicado no portal do Inea: *“A secretaria e o Inea resolveram priorizar São Gonçalo: avançamos na questão do lixo, vamos fazer uma nova Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) no Alcântara e vamos trabalhar nas bacias dos dois rios mais importantes, o Imboaçú e o Alcântara, seguindo o padrão adotado no Projeto Iguaçu. O projeto inicial foi aperfeiçoado, mantendo-se o mesmo investimento. As obras estão orçadas em R\$ 85 milhões, mas, incluindo desapropriações, reassentamento e construção de unidades habitacionais, chegará a R\$ 140 milhões, com recursos do PAC, do Governo Federal, e do Fecam, do Governo do Estado.”* (Governo do Estado recupera bacia do rio Imboaçú – publicado 27/06/2013).

Com o passar dos tempos, a história da nossa sociedade foi baseada no sistema mecânico de “produção e consumo” e com vistas ao progresso segue um rigoroso padrão de planejamento e metas. Para tal propósito, a natureza foi convertida a um “banco de recursos” naturais, ao qual nossa sociedade tem ao seu dispor. Essa decomposição da natureza é o reflexo da superioridade imposta pela sociedade, o excessivo domínio do homem sobre o natural, por meio do progresso, dando à humanidade o direito sobre aquilo que pode ser caracterizado como não humano. Segundo Lourenço (2019), quando relata sobre a Declaração de Estocolmo, colocando o homem como centro das atenções e que este teria o direito ao uso irrestrito da natureza, mas que esse mesmo direito também lhe traz a obrigatoriedade de proteger e melhorar o meio ambiente para as novas gerações.

Uma outra forma de expressar essa relação homem-natureza, segundo Lourenço (2019) estaria pautada na concepção do antropocentrismo, no sentido moderado, embora também afirme a elevação moral do homem frente aos demais entes (...) “Assim é que essa posição admitiria uma crítica ao uso desmedido ou excessivo da natureza, por violar uma crença racional compartilhada (senso comum) no sentido de que devemos viver em equilíbrio com o meio ambiente” (LOURENÇO, 2019, p. 54).

Em uma lógica contrária ao antropocentrismo moderado, podemos perceber claramente o retrato do progresso, com as ideias mercantilistas e com o processo da Revolução Industrial, este último representando as fortes raízes do controle do processo produtivo, baseado no progresso e subjugando a natureza para tal fim.

No nosso país a ideia do progresso sempre esteve implicado na história, aliás expresso como lema de nossa bandeira: “ordem e progresso”, construindo assim um ideal conservador de sociedade. Desta forma é possível perceber que alguns discursos ligados aos conceitos naturais diferem, pois quando há o planejamento para a instalação de rodovias, hidrelétricas, refinarias, entre outros, a população local é expulsa em nome do desenvolvimento, por outro lado, quando o empreendimento está ligado a uma medida de prevenção-sanitarista e embelezamento urbano,

trazendo neste último as cidades repaginadas, as chamadas áreas verdes, a população pobre e negra, mais uma vez é expulsa em nome do mesmo desenvolvimento.

Desde a década de 1930 o planejamento econômico é adotado no país. Os “planos” sempre estiveram presentes nos períodos de expansão e, com certeza, fazem parte da história política e econômica brasileira, onde seguiram um roteiro de beneficiários dos mesmos, ou seja, no geral as empresas construtoras e a população de maior poder aquisitivo. No que concerne a nossa pesquisa, procuraremos aqui entender um pouco mais sobre os objetivos do Programa de Aceleração do Crescimento, mais precisamente, o objetivo vinculado ao meio ambiente.

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi lançado oficialmente em 22 de janeiro de 2007. Sua elaboração iniciou tão logo o presidente Lula se reelegera, três meses antes do lançamento. O programa tinha como proposta impulsionar a economia brasileira. Para tal propósito, o PAC tinha como macro-objetivos a promoção do crescimento econômico, o aumento do emprego e a melhoria das condições de vida da população brasileira.

Segundo MACEDO (2011), as medidas do PAC estavam organizadas em cinco blocos:

- 1) Investimento em infraestrutura.
- 2) Estímulo ao crédito e ao financiamento.
- 3) Melhora do ambiente de investimentos.
- 4) Desoneração e aperfeiçoamento do sistema tributário.
- 5) Medidas fiscais de longo prazo.

O terceiro bloco de medidas, que é destinado à melhora do ambiente de investimento, visa facilitar a concretização dos investimentos previstos em infraestrutura agilizando os projetos que envolvem questões ambientais. Outro projeto vinculado ao PAC e que cabe aqui no presente trabalho discutir é o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), que foi divulgado oficialmente em 25 de março de 2009, com a perspectiva de tornar-se um dos mais importantes projetos vinculados ao PAC. O programa tem como objetivo beneficiar famílias com renda de R\$ 0,00 até R\$ 4.900,00, contribuindo assim, para a redução do déficit habitacional. A proposta era que isso ocorreria entre uma ampla parceria entre União, estados, municípios, empreendedores, movimentos sociais e Caixa Econômica Federal (CEF). (MACEDO, 2011)

O entendimento desses objetivos se faz necessário para compreender a abrangência desse tipo de política pública e como esta pode impactar nas relações sociais e econômicas de um país, de forma macro e micro, ou seja, nacional e regionalmente falando. Para fazer um recorte espacial e temporal, tomaremos como base o Projeto de Recuperação do rio Imboaçú e seu impacto sobre a comunidade local, que possibilita a discussão sobre o chamado terceiro bloco de medidas do PAC, incluindo aí, o Programa Minha Casa Minha Vida, que tem como pressuposto a contratação dos

serviços de cadastramento e negociação para a realocação de famílias que se encontram nas áreas de atuação do Projeto Imboáçu, e assim promover as obras de recuperação do rio.

Concomitante a isso, as cidades como a de São Gonçalo, em processo de expansão, carecem de um maior investimento no planejamento e inclusão de equipamentos públicos, além de deixar de lado a questão ambiental, quando pensamos nesse processo de ocupação desordenado e desenfreado, o que não se restringe apenas às áreas que possuem moradias precárias, mas também de alto padrão imobiliário, que vão na contramão das práticas de sustentabilidade.

No município de São Gonçalo, o problema se agrava, pois o suporte municipal ainda possui dificuldades de promover determinadas ações, por conta da presença de grupos ligados ao comércio de substâncias ilícitas, promovendo a violência urbana. Assim, se faz necessário o contato com os atores envolvidos e/ou atingidos por projetos de ordem socioambiental, pois proporcionará uma real visão dos problemas enfrentados pelos mesmos, podendo melhor subsidiar a elaboração e execução dessas ações.

O projeto de revitalização/recuperação do rio Imboáçu, assim como outros empreendimentos desta natureza seguem um modelo padrão de desenvolvimento, como produtor de riqueza e salvador da miséria, essas questões são as prioridades e tão logo, o projeto de intervenção não pode ser barrado, pois cometeríamos um grande erro, negando o chamado “progresso”. Desta forma técnicas foram implantadas e aprimoradas, ao longo das décadas, para o reordenamento espacial de um território, como: medidas sanitaristas, revitalização de áreas verdes, embelezamento de áreas centrais, entre outras. Dentro desse contexto,

A racionalização crescente da sociedade estaria, assim, ligada à institucionalização da evolução científica e técnica (...) O crescimento das forças produtivas veio acoplado ao progresso científico e técnico, associado ao crescente domínio da natureza e da produtividade, que asseguraram aos indivíduos condições de existência sempre mais confortáveis a partir da Idade de Ouro do capitalismo (DUPAS, 2017, p. 4).

Entretanto há uma implicação direta dessas obras, e aí não faz diferença se for de responsabilidade pública, privada ou mista, na rotina e nos meios de sobrevivência das comunidades locais, onde se verifica pouco interesse em resolver as questões sociais e ambientais ou rever seus procedimentos. Para entendermos melhor esse momento, tomamos como base os objetivos do Programa de Aceleração do Crescimento, dentro desse contexto Vieira (2017) destaca:

A fim de buscar compreender esse momento de desenvolvimento do Brasil, nos apropriamos do que vem sendo chamado de “novo-desenvolvimentismo” e que vem se configurando desde a última década como um novo projeto político e ideológico, no qual o

Estado desempenha um papel mais forte e ativo na economia (VIEIRA, et al., 2017, p. 272).

Dentro dessa lógica, segundo Bastos (2012), o Estado se comportaria como um regulador da economia, em defesa de uma ação redistributiva, financiando ou coordenando um conjunto de grandes projetos, que vão para além da acumulação de capital (como infraestrutura), passando a envolver-se na reestruturação de setores prioritários. (BASTOS, 2012, p. 18)

Também acerca do papel do Estado como investidor e regulador da economia, dentro do conceito do novo desenvolvimentismo, Bresser-Pereira (2016) explica que esse conceito define o Estado como aquele capaz e dotado de legitimidade política, administração competente e capacidade de financiar internamente grandes investimentos. (BRESSER-PEREIRA, 2016, p. 5).

Nessa perspectiva, os licenciamentos ambientais são realizados sem a participação dos atingidos e geralmente em detrimento deles. Nesse sentido, projeto de grande magnitude, como o de revitalização de um rio urbano e seu entorno corrobora a ideia de que esse novo projeto desenvolvimentista tem tido como consequência a intensificação de conflitos ambientais, aqui entendidos como a “inserção da natureza no interior do campo dos conflitos sociais” (Acserald, 2010), e que ameaça os modos de vida de grupos sociais tradicionais causadas por grandes projetos de desenvolvimento.

Esses conflitos se manifestam por conta de práticas distintas de apropriação do espaço, visto e tratado tanto como algo material (atribuindo-lhe valor mercadológico), quanto como algo imaterial (dentro de uma perspectiva de valor imensurável), o valor mercadológico, como já mencionado anteriormente, consiste nas práticas de apropriação do espaço para revitalizá-lo, tornando-o atrativo para futuros investimentos, por exemplo. Já o valor imaterial está pautado em algo intrínseco, representando um espaço onde se manifestam relações muito antigas de amizades, laços culturais e sentimento de pertencimento com a própria terra. Assim, as bases cognitivas para os discursos e ações dos sujeitos configuram-se de acordo com suas visões sobre o uso desse espaço. De acordo com Henri Acserald (2010) os conflitos ambientais são:

Aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação de território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos (ACSERALD, 2010, p. 114).

Outro ponto conflitante que foi possível observar durante o processo de execução das obras, é que é comum colocar o peso dos problemas nos agentes Estatais/Públicos. No entanto, é importante considerar o papel da iniciativa privada, que frequentemente executa projetos de forma não

satisfatória, isto é, empresas que se candidatam, são aprovadas e depois demonstram limitada capacidade de executar obras com alguma complexidade.

Também é extremamente importante considerar que projetos ligados ao PAC precisam estar articulados com a esfera política regional/ municipal, para que os interesses distintos não se sobreponham ao objetivo central, ou seja, não sejam mais latentes do que a proposta para o coletivo. Desta forma, o Projeto Imboáçu seguiu essa vertente, pois ele vem da esfera federal, perpassando para a esfera municipal, onde foi possível perceber, que havia um conflito de interesses entre autoridades municipais e representantes do órgão estadual competente pelas obras. Isso ao longo de todo o processo atropelava os interesses do coletivo, ou seja, das comunidades atingidas, mesmo que algumas dessas pudessem em algum momento ser “representada”, através dos plantões, fóruns e associações. Desta forma Vieira (2017) destaca que:

Fica evidente, também, que o PAC depende muito do poder local, de arranjos e políticas com variáveis regionalizadas, muitas vezes contraditórias, com anseios e propostas de execução vindas de Brasília. A efetivação do Programa, que é federal, é de responsabilidade municipal na maioria das vezes (VIEIRA, et al., 2017).

Outro impacto latente é a abrupta interrupção desses tipos de projetos, por conta de questões políticas e de interesses. O projeto de revitalização do rio Imboáçu, vinculado ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), teve início em 2013 e foi interrompido em 2014. Essa paralisação gerou um impacto ainda maior, tanto para as comunidades atingidas, quanto para os cofres públicos, por conta disso houve a abertura de um processo para análise e a contabilização dos prejuízos, buscando assim responsabilizar os ex gestores da obra. Assim o Tribunal de Contas da União (TCU) em processo de nº TC 008.989/2016-8 avalia:

O Tribunal de Contas da União (TCU) avaliou as justificativas dos responsáveis pelas obras de drenagem da bacia do Rio Imboáçu, em São Gonçalo, município do Estado do Rio de Janeiro. Auditoria anterior já havia encontrado as irregularidades, que não foram esclarecidas pelos responsáveis. Eles pagarão multas que totalizam R\$110 mil. Os ex-gestores foram ouvidos quanto a irregularidades tais como quantidade de ligações elétricas provisórias extrapoladas e fornecimento e instalação de barracão de obra em desacordo com o especificado. Houve, ainda, paralisação indeterminada e injustificada das obras, com vencimento do contrato sem a sua rescisão formal. O relator do processo, ministro Benjamin Zymler, comentou que “o atraso na conclusão das obras expõe a população local aos riscos de novas enchentes e catástrofes naturais, como a que foi verificada em janeiro de 2011”. Ele ponderou ainda que “a situação narrada é um indício de grave transgressão a normas legais, podendo ensejar a aplicação das penalidades previstas. TC 008.989/2016-8 – 31/01/2018

Esta paralisação pode ser caracterizada como um dos piores aspectos da interrupção ou paralisação de programas, por se tratar não somente de uma questão de desperdício de dinheiro público, como frequentemente apontado em avaliações, mas por apresentar um verdadeiro entrave, no que diz respeito a um possível resgate da interação com a comunidade atingida.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo nos evidencia que há um conflito territorial que se desenvolve a partir de projetos de grande magnitude, como o de revitalização/ recuperação dos rios urbanos. Em especial o caso estudado nessa pesquisa revela um longo embate travado com as comunidades inseridas nesse contexto. No processo de apropriação/expropriação do território, seja com o intuito de otimizá-lo ou gerar renda, os instrumentos jurídicos de controle social tendem a se tornar aliados dos detentores do poder, aqui representados pela empresa contratada para a execução das obras de revitalização do rio Imboáçu e o Estado, como gestor.

Observou-se pouca mobilização pública de resistência ao avanço das obras, ficando, em geral, restrito aos trabalhos acadêmicos e um ou outro posicionamento de lideranças sociais, isoladamente. Isso parece demonstrar a fragilidade da metodologia de implantação do projeto no tocante à participação social. Fragilidade essa perceptível durante as reuniões e plantões sociais voltados para esclarecimentos da obra em si aos moradores, que por sua vez, participavam apenas como ouvintes e não colaboradores de um projeto que mudaria completamente suas vidas.

A partir do perfil traçado através de dados obtidos no período da implantação do projeto, pudemos averiguar que a população atingida diretamente pela obra são as mais vulneráveis, em diversos aspectos, como: sociais, culturais e econômicos, o que denota a prática de injustiça ambiental nas comunidades às margens do rio Imboáçu, que além de sofrerem com uma vida em um ambiente degradado e sem suporte de políticas públicas, também são penalizadas com projetos que desmobilizaram, fragilizaram e desgastaram essas comunidades já inseridas num contexto de injustiças. É interessante salientar que, outra classe social não seria tratada da mesma forma, seja pelo acesso a um território mais saudável, com direitos e estrutura.

Logo, obras como essas podem ser incompatíveis com qualquer possibilidade de relação harmoniosa no seio das comunidades. Assim emerge um confronto com projetos do grande capital e/ou por empreendimento do Estado, acentuando, na maioria das vezes, a aliança entre o Estado e o capital, que se configura em um planejamento de caráter arbitrário, pois se afasta dos interesses das comunidades, quando esta não é ouvida e tampouco atendida, desde o planejamento até a implantação do projeto. Dessa forma, o Estado aliado ao capital privado promove uma visão sobre o

território distinta daquela produzida/vivenciada pelos sujeitos a ele pertencentes. Esse confronto de lógicas aciona, nos dois lados, ou seja, comunidade e Estado, este último representado aqui pelo Projeto de Drenagem e Recuperação do Rio Imboáçu, estratégias de resistências e domínio respectivamente. Com esse tipo de perspectiva, o recorte do Projeto de Drenagem e Recuperação do Rio Imboáçu visa contribuir com outras pesquisas, de forma que se possa abrir ambientes de diálogo, principalmente, com setores da sociedade invisibilizados pela maneira como a burocracia estatal e o capital tratam essa questão.

Dentro desse contexto, obras de revitalização de rios urbanos buscam também um reordenamento socioespacial, colocando acima os referidos interesses, do Estado gestor, da contratante (privada), ou seja, dos “dominantes”, que buscam alinhar esses territórios, afastando as classes sociais oprimidas dos centros urbanos, ora através do processo de realocação, ora com a indenização de seus imóveis, cujo valor, fica bem aquém do valor de mercado, entre outros métodos, visando assim concretizar seus projetos urbanísticos de cunho higienista. O que por outro lado levanta a indignação popular pela forma como é conduzido esse tipo de empreendimento, assim como outros.

O grande desafio, mas necessário, é fazer chegar a essa população atingida, de vários aspectos (social, econômico, cultural e político), além do quesito falta de segurança pública, as estratégias de ação política que embasam a permanência sobre tais localidades e que lhes sejam assegurados pelo Estado, não o Estado mínimo, o direito sobre o território, ou seja, trata-se de um trabalho árduo, pois envolve a necessidade de estímulos que não podem advir externamente ao território.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento por justiça ambiental. *Estudos avançados*, v. 24, p. 103-119, 2010.

AFONSO, Anice Esteves et al. Análises da dinâmica fluvial do rio Imboáçu (São Gonçalo, RJ): um enfoque a partir da consciência ambiental. *Anais do II Simpósio de Recursos Hídricos do Sul-Sudeste*. Rio de Janeiro. Associação Brasileira de Recursos Hídricos, 2008.

ALMEIDA, Reginaldo Magalhães; CALAIS, Camile Mille; LOPES, Vivian Carolina. (Im) possibilidades do estudo de impacto de vizinhança como instrumento do direito à cidade em Belo Horizonte. In: *Revista de Direito da Cidade*. V.13, n 2, 2021.

AMADOR, Elmo. Baía de Guanabara: Uma luta de 30 anos. In: *Geo UERJ Revista do Departamento de Geografia, UERJ, RJ, n. 7, p. 89-102, 2000.*

ANDRADE, Thaís A. G; RIBEIRO Júlio César de Freitas; Silva Elmo Rodrigues; MATTOS, Ubirajara A. De Oliveira & NASCIMENTO Elson Antônio. A integração de políticas públicas na

ação contra enchentes em bacias hidrográficas antropizadas: o caso do município de São Gonçalo, RJ. In: IV Congresso de Excelência e Gestão, 2010. (www.linuerj.uerj.br)

ARNSTEIN, Sherry R. Uma escada da participação cidadã. In: Revista da Associação Brasileira para o Fortalecimento da Participação–PARTICIPE, Porto Alegre/Santa Cruz do Sul, v. 2, n. 2, p. 4-13, 2002.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Social – Desenvolvimentismo – Econ. SOS. 21 (spe) • Dez 2012 • <https://doi.org/10.1590/S0104-06182012000400004>.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Reflexões sobre o novo desenvolvimentismo e o desenvolvimentismo clássico. Articles • Rev. Econ. Polit. 36 (2) • Apr-Jun 2016 • <https://doi.org/10.1590/0101-31572015v36n02a01>.

CARDOSO, Adauto Lúcio; DENALDI, Rosana. Urbanização de favelas no Brasil: um balanço preliminar do PAC. Rio de Janeiro: Letra Capital, p. 253-290, 2018.

HARVEY, D. O novo imperialismo. São Paulo: Loyola. 2013.

HERCULANO, S. Racismo ambiental, o que é isso? Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2014.

MACEDO, Gabriella Abalém Tronconi Campos. Programa de Aceleração do Crescimento (PAC): Natureza, impactos e dinâmica regional. Dissertação de Pós Graduação, UFA, 2011.

MIRANDA, Napoleão. Cativéis de Papel: Desertos Verdes, Papeleiras e Conflitos Socioambientais na Região de Três Lagoas/MS (2009–2015). Programa: Drenagem Urbana e Controle de Erosão Marítima e Fluvial – drenagem na Bacia do rio Imboaçú, município de São Gonçalo, RJ, 2013.

VIEIRA, Thiago Wentzel de Melo; LEAL, Giuliana Franco; MARTINS, Rodrigo Lemes. Novo desenvolvimentismo e conflitos ambientais na Baía de Guanabara: o Complexo Petroquímico do estado do Rio de Janeiro (COMPERJ) e os pescadores artesanais. Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 42, 2017.

PORTO, M.F., PACHECO, T., and LEROY, J.P., comps. Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o Mapa de Conflitos [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013, 306 p. ISBN 978-85-7541-576-4.

SÁNCHEZ, Luis Enrique. Avaliação de impacto ambiental. Oficina de textos, 2015.

SELLES, I. M. A revitalização de bacias hidrográficas e sua influência na mitigação de inundações e na gestão sustentável de recursos hídricos. 2005, 141 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação em Engenharia Ambiental, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2005.

SIMONI, Yuri. O natural não natural: a concepção de criação da natureza pelo homem moderno e sua inserção na cidade (séculos XVIII e XIX). In: ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História, Fortaleza, 2009.

YIN, Robert K. Estudo de Caso-: Planejamento e métodos. Bookman editora, 2015.

SITES VISITADOS:

<https://extra.globo.com/noticias/rio/pac-do-imboacu-gasta-41-do-dinheiro-mas-obra-so-avanca-08-12406031.html> - acesso dia 23/11/2021.

<https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/gestores-das-obras-de-drenagem-da-bacia-do-rio-imboacu-em-sao-goncalo-sao-multados.htm> - acesso dia 23/11/2021.

<https://www.osaogoncalo.com.br/geral/77320/vari0s-pontos-de-sao-goncalo-ficam-em-estado-critico-nesta-segunda-13> - acesso dia 20/06/2021.

**MODELO DE ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE
CONCLUSÃO DE CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO**
(PREENCHER COM LETRA LEGÍVEL)

Ata nº 05/2021

**ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO
DE CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO**

Aos dezesseis dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e um, às 10 horas e 05 minutos, compareceu à sala Google Meet do Campus Niterói do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), o(a) aluno(a) Adriana Rangel de Souza Silva, do curso de Especialização em Gestão de Projetos Ambientais, para a defesa de trabalho de conclusão de curso intitulado "Grandes projetos nacionais que geram conflitos sociais: um estudo de caso do projeto de recuperação e drenagem do rio Imboáçu, em São Gonçalo-RJ". O trabalho orientado pelo(a) professor(a) Etiane Araldi – Presidente, foi avaliado pela banca examinadora composta por Ligia Scarpa Bensadon, Marcelo Japiassú Ramos e Ana Dalva de Oliveira Santos. O(a) presidente da banca fez a abertura e passou a palavra para o(a) aluno(a) que fez uma exposição oral de 25 minutos. Após a exposição, o(a) presidente da banca agradeceu ao(à) aluno(a) e passou a palavra para os(as) demais membros da banca que arguíram o(a) aluno(a) por 50 minutos. Em seguida, o(a) presidente da banca agradeceu pelas contribuições e sugestões, teceu alguns comentários e pediu ao(à) aluno(a) e aos demais presentes que se retirassem para a deliberação da banca examinadora, que emitiu parecer de Aprovado. O(a) presidente deu por encerrada a sessão de defesa às 11 horas e 15 minutos, para constar, foi lavrada a presente Ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos os membros da banca examinadora e pelo(a) aluno(a).

Observações:

Assinaturas:



Orientador(a): _____

Profa. Dra. Etiane Araldi

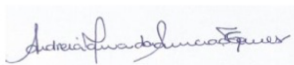
Avaliador(a): Ligia Scarpa Bensadon

Avaliador(a): Marcelo Japiassú Ramos

Avaliador(a): Ana Dalva de Oliveira Santos

Aluno(a): Adriana Rangel de Souza Silva

Ciente:



Coordenação do Curso: _____ Data: 17/12/2021